

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas,
ribeirinhos e desigualdades**

**RACISMO, SUPEREXPLORAÇÃO E LUTA DE CLASSES: CONTRIBUIÇÕES DESDE A
CRÍTICA MARXISTA LATINO-AMERICANA**

CRISTIANE LUIZA SABINO DE SOUZA¹

RESUMO

O artigo aponta a dialética entre racismo e superexploração da força de trabalho na particularidade do capitalismo dependente brasileiro, articulando-a também às desigualdades impostas pelo sexismo para desvendar a totalidade das relações de produção-reprodução social e a dinâmica da luta de classes nesse território.

Palavras-chave: Racismo; Superexploração; luta de classes; América Latina

ABSTRACT

The article points out the dialectic between racism and the super exploitation of the labour force in the particularity of brazilian dependent capitalism, also linking it to the inequalities imposed by sexism in order to unveil the totality of the relations of social production-reproduction and the dynamics of the class struggle in this territory.

Keywords: Racism; Super Exploitation; Class struggle; LatinAmerica

Introdução

A análise e a apreensão das relações contraditórias entre capitalistas e trabalhadores exigem situar a realidade concreta na totalidade que engloba a luta entre capital e trabalho no

¹ Universidade Federal de Santa Catarina



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

campo e na cidade; demarcando também a reprodução de ideologias de dominação que justificam as desigualdades, as manifestam-se estruturalmente no racismo e no sexismo, nas suas complexas e multifacetadas manifestações.

Quando se fala em classe trabalhadora ou luta de classes no Brasil, costumeiramente se entende a sua configuração a partir do ponto de vista da industrialização. Temos uma imagem equivocada do operário do chão de fábrica, padronizado, que corresponde, na verdade, ao ideário do desenvolvimento propagado pelas classes dominantes. Clóvis Moura (1994) apontou que a história do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil ainda precisa ser contada. É necessário entendermos a história do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil, na sua diversidade e desigualdade, conformadas não apenas ao longo da curta história industrial do país, mas ao longo dos mais de cinco séculos de exploração e brutalização humana iniciada no escravismo colonial e continuada no capitalismo dependente.

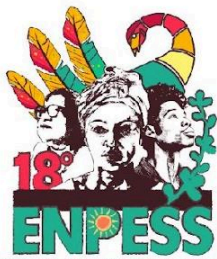
Na sua diversidade, a classe trabalhadora contemporânea é branca, negra, indígena, amarela; do campo, da cidade; inserida nas mais diversas formas de trabalho: formal, informal, precarizado, acossada pelo desemprego e pelo subemprego. Mas nessa diversidade de facetas e situações, há uma hierarquização racial e que faz com que homens e mulheres negras estejam nas piores condições de trabalho, de vida e de morte. Sendo que as mulheres são ainda atravessadas pela desigualdade de gênero, numa sociedade patriarcal que faz com que as mulheres negras ocupem os piores lugares na divisão sócio-racial e sexual do trabalho².

A cada ano as estatísticas sobre mercado de trabalho, rendimentos médios, trabalho infantil, insegurança alimentar e fome, encarceramento, violência etc., escancaram a situação a parcela negra da classe trabalhadora face à parcela branca, demonstram a permanente e, muitas vezes, crescente desigualdade. Por questão de espaço, optamos por não replicar os dados que, embora sempre corroborem com a argumentação, são de amplo conhecimento e, muitas vezes carecem mesmo é de análises correspondentes.

Lélia Gonzalez (2020, p. 29), apontava que o racismo “ é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema da estratificação social” nessa sociedade, o que faz com que a população negra ocupe os espaços mais marginais na divisão socio-racial e sexual do trabalho.

O objetivo deste artigo é apontar a relação entre racismo e superexploração da força de

² Aqui é importante frisar que, embora os argumentos remetam diretamente à situação imposta à população negra, é fundamental observar que de contextos e lugares muito distintos, apesar de processos históricos comuns, a questão racial na América Latina implica apresentar sua processualidade particular sobre a questão indígena elencamos neste artigo categorias que explicitam a realidade comum, sem pretender, porém, ocultar a dinâmica particular.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalho na particularidade do capitalismo dependente brasileiro, considerando também a desigualdade imposta pelo sexismo e a importância da sua análise para desvendar a totalidade das relações sociais, na sua dialética produção-reprodução social.

Os argumentos apresentados partem do acúmulo teórico apreendido de autores marxistas que se debruçaram nos estudos da particularidade das relações sociais na América Latina, da relação entre escravismo colonial e capitalismo dependente e deram atenção ao racismo como um mecanismo de dominação que justifica e naturaliza as desigualdades criadas pela dinâmica de reprodução do capital nesse território.

Racismo como mecanismo organizador da força de trabalho para a superexploração no capitalismo dependente.

Partimos do entendimento de que o racismo tem suas raízes fincadas na escravidão colonial, mas é recriado e complexificado pelo capitalismo dependente. Por isso não podemos entender que a atual situação da população negra seja apenas um resquício da escravidão, ao contrário, a dinâmica capitalista pressupõe a existência de mecanismos de dominação da classe trabalhadora, e o racismo é um dos mecanismos fundamentais para a subordinação, rebaixamento moral, a naturalização da violação dos direitos, dos territórios, dos corpos e das vidas negras e indígenas no país (SOUZA, 2020; 2021; 2023).

De acordo com Clóvis Moura (2014) na transição do escravismo colonial ao capitalismo dependente foram criados vários mecanismos de imobilização da população negra, tanto no acesso ao mercado de trabalho, quanto a outras dimensões da vida social. Além do não acesso à terra e à educação, a perseguição e violência perpetrada pelo Estado, buscou restringir sua participação e contribuição no desenvolvimento da sociedade supostamente livre. O preconceito de cor e os estigmas sobre a cultura e as religiões de matriz africana, o apagamento das contribuições de homens e mulheres negras para a própria superação da escravidão, tudo isso foi conformando uma sociedade onde o racismo se complexificou e a hierarquização racial perpassa as relações sociais em todas as suas dimensões, como expõe Almeida (2019).

Através da análise da situação da população negra brasileira e do preconceito de cor que impõe mecanismos de barragem no mercado de trabalho, Clóvis Moura (2021) identifica a geração, nesse processo, de uma percepção reificada sobre a classe trabalhadora, deformadora a consciência do negro (e do branco) sobre sua própria trajetória como partícipe da formação social. Explicita-se assim o racismo como um dos sustentáculos e, ao mesmo tempo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

desdobramento da dinâmica desigual do capitalismo dependente. A marginalização da população negra (e indígena) não é algo exógeno ou anômalo na dialética da dependência, ao contrário, é inerente e fundamental a ela.

Para avançarmos no debate e melhor expor a relação indissociável do racismo com a dinâmica do capitalismo dependente, são necessárias algumas considerações sobre categoria superexploração da força de trabalho, apreendida desde as elaborações de Ruy Mauro Marini (2011), autor que buscou explicar as particularidades da reprodução do capitalismo na América Latina. Qual é a relação entre o racismo e a superexploração da força de trabalho?

Vamos primeiro entender o significado da categoria superexploração da força de trabalho, formulada desde a crítica marxista da economia política na América Latina: A sociedade capitalista, que se expandiu mundialmente, é baseada na exploração e dominação de uma classe sobre a outra, ou seja, pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora por aquela classe que, por meio da expropriação pilhagem, da violência e da dominação ideológica se fez, historicamente, proprietária dos meios de produção, como exposto por Marx (2013). Mas cada território concreto apresenta particularidades na conformação das relações capitalistas. O escravismo colonial antecedeu essa formação no Brasil e estabeleceu as bases para a criação de características próprias no desenvolvimento do capitalismo por aqui. De modo que tanto o Brasil, quanto toda a América Latina, terão a dependência como condição particular do seu desenvolvimento capitalista (Souza, 2020).

E por que *superexploração* e não exploração simplesmente? Nos termos de Ruy Mauro Marini, a superexploração é a forma própria como os capitalistas dependentes buscam compensar a transferência de riqueza absorvida pelas economias centrais. É uma categoria que pretende explicar os mecanismos de apropriação do mais-valor nas economias dependentes, que se dão pela “intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (Marini, 2011, p. 149). Este último mecanismo garante que não só a mais-valia, o trabalho excedente seja roubado do trabalhador, mas também parte do seu fundo de consumo. Ou seja, parte daquilo que deveria compor os salários é expropriado pelo capital.

Os desdobramentos desse processo para a classe trabalhadora se expressam, no desemprego estrutural, nos altos níveis de precarização, de desproteção e informalidade do trabalho; também na inviabilidade de ampliação da participação da classe trabalhadora no processo de circulação do capital (o que se expressaria, por exemplo, em um padrão de

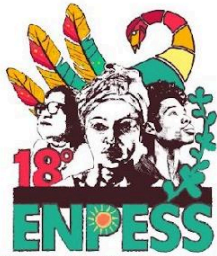
consumo mais elevado, acesso a determinados bens e serviços, políticas sociais etc.) (Souza, 2023; Luce, 2018).

A superexploração não pode ser vista apenas no seu significado econômico, que, aliás, não está dissociado de todas as outras dimensões da vida social. Ela pressupõe a dominação e opressão da classe trabalhadora, e é nesse aspecto que ela está vinculada de maneira indissociável à reprodução do racismo. A elaboração de mecanismos ideológicos de dominação compatíveis com as novas formas de organização do trabalho, quando da transição do trabalho escravo para o livre, assentou-se na mais bem elaborada arma ideológica de dominação do país, que é o racismo (Moura, 1994). O racismo, criado ao longo dos quase quatro séculos de escravismo é recriado e refinado em consonância com a dinâmica desigual perpetuada como base do capitalismo dependente; será fundamental na elaboração de justificativas para a desigualdade e para a organização da força de trabalho a ser superexplorada, não mais como escrava, mas como “livre”.

Já no processo de transição do escravismo colonial ao capitalismo dependente, em fins do século XIX, o racismo direcionou também as políticas do Estado no país, que não criou mecanismos de inserção do ex-escravizado no processo econômico nascente, mas de barreiras ideológicas e jurídicas para impedir a sua participação. Mecanismos que Moura (2014) chama *medidas modulares* e, dentre eles, damos destaque à Lei da Terra de 1850, que solapa as possibilidades do ex-escravizado e da enorme população pobre fazer-se proprietária da terra que fora transformada em mercadoria; e a política imigrantista, que abarrotava o nascente mercado de trabalho, hierarquiza a força de trabalho (com a mediação do racismo) e, junto a Lei da Terra, cria as condições necessárias à imposição da superexploração ao conjunto da classe trabalhadora. Nesse processo, diante do caráter subdesenvolvido da economia dependente, e da enorme massa de despossuídos resultante daquelas medidas modulares, o ex-escravizado foi colocado como massa marginalizada no escasso mercado de trabalho “reserva de segunda categoria no exército industrial” (Moura, 2014, p. 151).

Ha mito de que a imigração europeia no final do século XIX, foi para atender às demandas de força de trabalho no país, como se, de fato, faltassem braços para trabalhar. No entanto, na transição da escravidão para o trabalho livre, havia mais desocupados do que empregados como escravizados ou trabalhadores livres³. Ou seja, havia uma enorme

³ De acordo com dados levantados por Moura (2021), em 1882, quase véspera da Abolição da escravidão, o número de trabalhadores desocupados nas principais províncias do País era de 2.822.583, sendo superior à soma de trabalhadores livres, que eram 1433.170, e escravizados que eram 656.540.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

disponibilidade de trabalhadores *nacionais*, entre ex-escravizados, brancos pobres, mestiços, dentre outros. Ainda assim o Estado adotou a imigração como política de formação de excedente de força de trabalho, conformando dois processos simultâneos: 1) numa perspectiva que adequa-se a lógica capitalista de produção de exército industrial de reservas, mecanismo de rebaixamento de salários e de controle de classe e; 2) eugenista, ao passo que buscava também branquear o país e eliminar os negros, pois entendia que a modernização e o desenvolvimento estavam vinculados às pessoas brancas de origem europeia.

Aquele processo criou no Brasil uma oferta de força de trabalho muito acima das necessidades e capacidades do reduzido mercado de trabalho nascente, condição ideal para rebaixar o valor da força de trabalho e impor condições precárias e muitas vezes análogas à escravidão aos trabalhadores livres. Os imigrantes brancos, embora pobres, em sua maioria, e admitidos no Brasil para serem explorados, encontrarão condições sociais, materiais e, principalmente, ideológicas, que os colocarão em situações distintas daquelas que foram lançados os ex-escravizados quando da abolição. Nem todos tiveram o acesso à terra como proprietários, promessa que os conduz ao país, no entanto, sendo privilegiados na inserção no mercado de trabalho mais modernizado, sobretudo nas indústrias nascentes em São Paulo, puderam adquirir condições materiais e morais de se estabelecerem com suas famílias rapidamente. E muitos tiveram acesso direto às terras, como na política de colonização no Sul do país. (Kowarick, 2019; Martins, 1998; Moura, 2014, 2023).

Pelo exposto acima, podemos ver como a enorme oferta de força de trabalho é a tônica do desenvolvimento dependente e expressa as possibilidades da superexploração. Esta é a condição que demarca o curso da história do trabalho e da classe trabalhadora no pós abolição: De acordo com Clóvis Moura (2021), naquele contexto, deu-se início à criação de uma imensa *franja marginal de trabalhadores*, muito além de um exército industrial de reserva, a qual jamais poderá ser incorporada à dinâmica econômica restritiva do capitalismo dependente. Franja marginal que será formada de maneira esmagadora pelos trabalhadores e trabalhadoras negros e negras; os quais, deixam de ocupar o centro da atividade produtiva que lhes fora imposto pela escravidão e passam a ocupar as margens da produção e, portanto, marginalizados também da participação na sociedade regida pelas relações mercantis. Assim explica Moura (2021, p. 49):

O que sobrou para o ex-escravo neste quadro? Exatamente o subemprego, o desemprego, a marginalização progressiva. O que sobrou para a mulher negra? Os trabalhos não qualificados de doméstica, que substituiu os a Mãe Preta e da mucama, o subemprego nas fábricas e a baixa prostituição forçada. Esta foi a realidade que o negro encontrou para resolver com suas próprias forças, depois de quatro séculos de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

escravidão.

A economia dependente, na sua raiz subdesenvolvida, encontrou os pressupostos para a criação de uma ampla oferta de força de trabalho livre: sem terras, sem tetos, sem direitos; a criação dos maus-cidadãos, sem emprego formal e submetidos à superexploração da força de trabalho no campo e na cidade. A dinâmica assinalada nunca foi conjuntural, mas expressa a realidade histórica da nossa sociedade que se aprofunda na contemporaneidade.

Outro aspecto fundamental à análise, é que diante da dinâmica da economia dependente, o Estado dependente não precisa assumir de maneira ampla os ônus da reprodução da força de trabalho para o capital, tampouco constituir qualquer sentido de proteção social universal (Osório, 2014; Paiva *et al*, 2010). A regra no Brasil, é a desproteção da maioria: a informalidade do trabalho, o não acesso à previdência, à educação, à saúde, à habitação, à mobilidade urbana, à segurança, à cultura etc.

E por que isso tem a ver com a dinâmica do racismo e do sexismo? Se olharmos para a realidade, para a dinâmica do conjunto da classe trabalhadora, veremos que é a sua parcela negra a maior dependente da oferta pública de serviços de saúde, educação, previdência, mobilidade urbana etc. À medida que a renda do trabalho é extremamente rebaixada pelos mecanismos da superexploração, resta muito poucas alternativas as trabalhadoras/es negros, em particular às mulheres negras para garantir a sua sobrevivência.

Aqui, evidencia-se a dinâmica das relações de produção comandadas pela superexploração, cuja concretização se dá via hierarquização da classe trabalhadora na divisão social, sexual e racial do trabalho e este é um elemento fundamental para elucidar a dialética da dependência na realidade concreta. Mas além do não acesso a bens e serviços públicos pela classe trabalhadora, a relação entre a superexploração e o racismo no Brasil são ainda mais profundas, pois expressam a relação entre produção e reprodução social, na sua totalidade dialética. Vejamos bem: há certos níveis da *reprodução social* que são indispensáveis para a recriação da força de trabalho a ser substituída, e parte expressiva dos custos dessa reprodução é, ao longo de nossa história, repassado às mulheres, em particular às mulheres negras mediante o trabalho doméstico remunerado. Destaca-se aí a alimentação, o cuidado com a casa, com a vestimenta, o cuidado com a infância e a velhice etc.

No Brasil o mais comum é a ausência de creches públicas com disponibilidade e integralidade suficiente à demanda⁴, de restaurantes públicos e acessíveis, de casas de

⁴ Um estudo da Organização Primeira Infância Primeiro, de 2019 mostrou que: as 11,8 milhões de crianças brasileiras com até 3 anos de idade, quase 5 milhões precisam de atendimento em creche. Fazem parte do grupo as crianças em



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

repouso e espaços de acolhimento à velhice, dentre outros equipamentos necessários à reprodução social. Tal inexistência, encontra no grande contingente de trabalhadoras negras desempregadas e rebaixadas socialmente pelo racismo, a sua solução: *força de trabalho barata, a ser subordinada a cumprir com as tarefas reprodutivas necessárias* via trabalho doméstico⁵(Souza; Santos, 2023; Saraiva, 2021).

A associação direta entre a mulher negra e o trabalho doméstico é uma construção da sociedade demarcada pela divisão sexual e racial do trabalho. Além disso, esse também é um setor marcado pela informalidade, precariedade, relações de pessoalidade violentas e subordinadoras.

Os mesmos princípios servis e exploratórios criados sob o escravismo, se recriam e mostram presentes nas vivências de muitas mulheres negras em seus trabalhos precarizados. No entanto é preciso atenção ao fato de trabalho doméstico remunerado não é um mero resquício da escravidão, é parte da dinâmica da reprodução da força de trabalho superexplorada, portanto, necessário à acumulação do capital. Assim, a racialização e o sexismo incidem de maneira direta na opressão e exploração das mulheres negras, mas a sua significação no conjunto das relações sociais é da alienação do conjunto da classe em relação às suas reais condições de existência.

Sem delongar nesse tema, o que se reforça com a exposição acima é que para entender a superexploração é fundamental desvendar sua relação umbilical com o racismo e com o sexismo e as implicações disso para a luta de classes.

³ Um estudo da Organização Primeira Infância Primeiro, de 2019 mostrou que: as 11,8 milhões de crianças brasileiras com até 3 anos de idade, quase 5 milhões precisam de atendimento em creche. Fazem parte do grupo as crianças em situação de pobreza, que, até 2019, representavam 17,3% do total de crianças no Brasil; as de famílias monoparentais, criadas apenas pela mãe, pelo pai ou outro responsável (3,5%); e as crianças cujos cuidadores principais precisam contar com as creches para poder trabalhar (21,7%).
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-03/criancas-que-mais-precisam-de-creches>

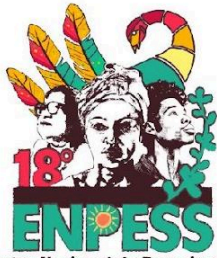
situação de pobreza, que, até 2019, representavam 17,3% do total de crianças no Brasil; as de famílias monoparentais, criadas apenas pela mãe, pelo pai ou outro responsável (3,5%); e as crianças cujos cuidadores principais precisam contar com as creches para poder trabalhar (21,7%).

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-03/criancas-que-mais-precisam-de-creches>
[ainda-tem-pouco-acesso](https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/dados/brasil/)

em 2022 42% das crianças de 0 a 3 anos não encontram vagas em creches.

<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/dados/brasil/>

⁵ O trabalho doméstico, no Brasil, é uma atividade massivamente feminina. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, sistematizados pelo Dieese (2023) revelam as mudanças que colocam as trabalhadoras domésticas no mesmo lugar histórico na economia e na sociedade brasileira. Em 2013 eram 5,8 milhões de trabalhadoras/es domésticas/os remuneradas/os, o mesmo número em 2022. No perfil de gênero e raça vê-se o aumento da participação de mulheres negras como maioria no trabalho doméstico remunerado sendo 91,4% mulheres; 67,3% negras e 32,7% não negras.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O racismo, como construção ideológica da inferioridade do negro e do indígena, e da superioridade do branco, foi reelaborado como mediação fundamental das contradições, criadas na base do capitalismo dependente e que consolidarão as distintas nuances da força de trabalho superexplorada.

O que se chamou de *borra da escravidão* é jogado à periferia do modelo e esse processo violento de marginalização é justificado pela simbologia dominante de que o *bom* é o *branco*. Junte-se portanto às limitações estruturais inerentes ao modelo de capitalismo dependente uma simbologia alienadora que coloca o Negro como o elemento negativo da realidade para se poder compreender o traumatismo que o atingirá em seguida. A força desse símbolo irá bloquear as possibilidades de mobilização vertical massiva do negro que fica social e culturalmente congelado (MOURA, 1983, p. 134).

Destaca-se, pois, que o racismo também configura a branquitude, como a percepção alienada dos brancos de que são naturalmente superiores, mais capazes, mais dignos e, portanto, que são naturais as desigualdades salariais, a seletividade racial no mercado de trabalho, no acesso à educação e às oportunidades. Como expressam Gonzalez (2020) e Moura (2023) ao serem alienados pelo privilégio que a hierarquização racial os concede, seja ele material ou simbólico, os trabalhadores brancos terão dificuldades para questionarem estas desigualdades e de fato construirão uma consciência das reais condições de vida do conjunto da classe trabalhadora na sua diversidade racial, sexual e regional. Assim, contribuem para naturalizar as violências que atingem majoritariamente negros e indígenas e, conseqüentemente, para a limitação da própria capacidade de organização da classe trabalhadora como um todo.

A ativação do preconceito de cor como engrenagem na luta de classe, como mecanismo do processo de dominação da classe trabalhadora, faz com que haja a oposição entre trabalhadores, alimentada pela alienação ideológica racista, joga uma contradição suplementar ao sistema concorrencial entre trabalhadores típico do capitalismo; assim se desenvolve uma hierarquização da força de trabalho que resulta sempre na marginalização do negro; isso se desdobra em maior acumulação para o capital, à medida que possibilita o rebaixamento do valor da força de trabalho geral (Souza, 2020; 2023).

A demarcação racial da desigualdade no conjunto da classe trabalhadora tem impactos materiais - na definição dos mais miseráveis entre os superexplorados, o que atinge diretamente a parcela negra da classe trabalhadora-, mas também tem impactos culturais, simbólicos e psicológicos. Nesta sociedade o racismo é o mecanismo de dominação ideológica que institui a existência do negro e do indígena como *cidadãos repelidos*, mas dentro disso frisamos que a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

hierarquização racial é parte da contenção da própria luta de classes, em síntese: *A hierarquização racial constitui-se aí como mecanismo fundamental ao processo de acumulação do capital e funciona como elemento mitigador da própria capacidade de luta da classe trabalhadora.*

Vejamos: do ponto de vista das necessidades de luta pela transformação dessa realidade, há rebatimentos para o conjunto da classe trabalhadora: Isso se expressa na imobilização das lutas pela própria concorrência entre os trabalhadores⁶. Assim, que aqueles trabalhadores privilegiados pela racialização como brancos e inseridos nos postos de trabalho mais desejados, terão mais receio e menos capacidade político organizativa para reivindicar melhorias nas condições de trabalho e processos de resistência enfrentamento ao capital, visto que há uma enorme massa de desempregados que ameaça o seu posto. Isso implica em rebaixamento salarial, precarização das condições de trabalho, poucos direitos trabalhistas etc. Desse modo, institui também bloqueios na constituição de uma percepção da classe para si e da sua capacidade organizativa enquanto tal. Esta é uma contradição suplementar na dinâmica antagônica das classes no capitalismo dependente, que, embora não seja exclusiva da realidade brasileira, ganha contornos profundos dadas as dimensões e complexidade que a racialização apresenta neste território. É por isso que podemos afirmar que racismo atua aí como um amortecedor da luta de classes, portanto como um mecanismo que fortalece às classes dominantes na manutenção do seu poderio.

A hierarquização racial legitima a violência como prática política continuada, que faz parte da racionalidade e do funcionamento normal da vida cotidiana, organizada e perpetrada pelo Estado e por suas instituições. O controle da classe trabalhadora é fundamental para que o capital continue seu processo de acumulação, à medida que os miseráveis, os expulsos do processo produtivo são vistos como ameaça à ordem social. Esse controle da classe trabalhadora, comandado pelo Estado, criou, desde o escravismo, as mais perversas e violentas formas de dominação. garantir as condições da superexploração e da pilhagem das riquezas, dentre os muitos mecanismos de contra classe trabalhadora, há alguns que rebatem, majoritariamente, sobre a população negra, como a criminalização e o encarceramento. Estes se deram de várias formas ao longo da história, e atualmente encontra guarida na política da guerra às drogas. Esta que é, na verdade, a guerra aos pretos, pobres e periféricos; e é a outra face do

⁶ Processo, aliás, já abordado por Marx (2013) ao explicar como as diferenças étnicas dentro do território britânico eram mobilizadas para opor, por exemplo trabalhadores ingleses e irlandeses nas fábricas inglesas, sendo os últimos considerados inferiores e recebendo menores remunerações, ao passo que são tidos como inimigos dos ingleses por apresentarem-se como concorrentes no mercado de trabalho.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

amplo desmonte de qualquer perspectiva de direitos sociais no País. A coerção é a forma substancial da atuação do Estado no capitalismo dependente e se radicaliza quanto mais aprofunda a sua crise, como bem explicitam Osório (2014); Almeida (2019).

À guisa de conclusão

Buscamos ao longo deste artigo mostrar, numa leitura crítica marxista e latinoamericanista, que o racismo e a superexploração estão articulados de maneira indissociável. Fazer isso é para colocar em foco que a luta antirracista deve ser inseparável da luta anticapitalista e vice-versa. Portanto, deve incorporar a luta pela terra, pela moradia, pelos direitos sociais, pelo trabalho digno. Deve estar articulada contra a estrutura desigual que sustenta o capitalismo e retroalimenta o racismo.

Faz-se urgente rompermos as cercas da imposição colonialista sobre a história do trabalho e da luta de classes na América Latina, é urgente à classe trabalhadora reconhecer a sua trajetória histórica na sua diversidade e as contradições que a perpassa, recobrar a memória estilhaçada pelos donos do poder e pelas leituras simplistas da realidade. O memoricídio, como afirma o Fernando Báez (2010), é uma arma de dominação contínua dos vencidos, porque um povo sem memória é um povo sem história.

Assim, a capacidade da classe trabalhadora se organizar e confrontar o sistema de morte que se impõe há mais de cinco séculos passa pela capacidade de *se reconhecer*: de reconhecer os processos que nos hierarquizam como seres humanos reduzidos a força de trabalho e, com isso, nos fragmenta como classe e mina as nossas capacidades de dar respostas coletivas revolucionárias.

Como explicitado, o racismo e o sexismo são elementos estruturantes dessa hierarquização. Assim, precisamos também reconhecer os processos históricos de luta e resistência da população negra e indígena contra esse sistema de morte, porque a resistência é constitutiva da nossa formação sócio-histórica. Resistência é movimento, inscrito na disputa pela vida num tempo/espaço onde a existência é forjada pela superexploração e pela violência.

Referências

ALMEIDA, S. O que é racismo estrutural? São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BÁEZ, Fernando. A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

DIEESE. O trabalho doméstico 10 anos após a PEC das Domésticas. Estudos & pesquisas, n. 106, abr. 2023. Disponível em: https://www.dieese.org.br/estudosepesqui_format=pdf&lang=pt. Acesso em: 16 mai. 2024.

FARIAS, Márcio. Uma esquerda marxista fora do lugar: pensamento adstringido e a luta de classe e raça no Brasil. in: Questão Étnico-Racial, Estado e Classes Sociais. SER Social. V. 19, n. 41, 2. sem./2017.

GONZÁLEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-latino-Americano. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 375 p.

KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2019. (91 - 155).

LUCE, Mathias Seibel. *Teoria marxista da dependência*: problemas e categorias, uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Sete ensaios de interpretação da realidade peruana. Trad. Felipe Lindoso. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular: Clacso, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R; STÈDILE J.P. (orgs) Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINS, José de Souza. As relações de classe e a produção ideológica da noção de trabalho. In: O cativo da terra. 7 ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

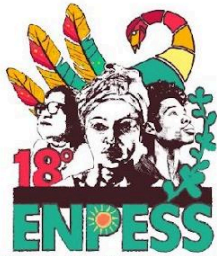
MOURA, Clóvis. A. A sociologia posta em questão. Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. São Paulo-SP, 1978.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. São Paulo, Edição 34, AGO/SET/OUT, p. 28-38, 1994.

MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil negro. 2 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois coedição com Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. Afro-Ásia, 14 - 1983. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824>>. Acesso em: 15 mai. 2024.

MOURA, Clóvis. O negro de bom escravo a mau cidadão. São Paulo: Dandara Editora, 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MOURA, Clóvis Brasil: as raízes do protesto negro. São Paulo: Dandara Editora, 2023.

OLIVEIRA, Dennis de. Racismo estrutural: uma perspectiva Histórico Crítica. São Paulo: Dandara Editora, 2021.

OSORIO, Jaime. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. SER Social, v. 12, n. 26, p. 147-175, 2010. Disponível em:

https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12702. Acesso em: 15 mai. 2024.

SARAIVA, Clara. G. A relação entre trabalho doméstico, valor e capitalismo dependente: uma crítica à luz da Teoria da Reprodução Social. 2021. 115 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Racismo e Luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec, 2020.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Marx e o estudo da questão racial: elementos para uma análise desde a América Latina. Revista Fim do Mundo. nº 4. jan/abr 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/issue/view/635>. Acesso em: 15 mai. 2024.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. "A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente". Revista Serviço Social & Sociedade, v. 146, n. 1, jan-abr. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4XC6y7XCQj3L8RVFrSvGFGD/?> Acesso em: 16 mai. 2024.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. SANTOS, Joyce. Trabalho doméstico remunerado no Brasil: Elementos teórico-metodológicos para um debate crítico. In: PINHEIRO Manuella Aragão; SOUZA, Reivan Marinho (Org.). O Trabalho na Encruzilhada do Tempo Presente, Virtualização, Precarização e Controle. 1 ed. Maceió: Edufal, 2023.